



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

## RESOLUÇÃO 01/CMS/2008

**O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Balneário Camboriú**, em reunião extraordinária realizada no dia 03 de setembro de 2008, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 1.074/1991 e de acordo com seu Regimento Interno e

Considerando as atribuições estabelecidas na Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde, que determina que o poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, deve garantir e ofertar aos usuários do SUS serviços médicos e odontológicos especializados;

Considerando a ausência de profissionais especialistas no quadro da rede pública municipal, aprovados em concurso público, para realização de consultas e exames médicos e de manter serviços de especialidades médicas próprios da rede e ainda a falta de profissionais que atendam pelos valores da tabela SUS;

Considerando as solicitações advindas do Ministério Público referente a emissão de Laudos médicos nas especialidades de psiquiatria e neurologia para interdição;

Considerando o credenciamento como mecanismo facilitador para compra direta de serviços médicos e odontológicos e as justificativas do Gestor Municipal de Saúde e do Gestor do Fundo municipal de Saúde, voltadas principalmente para a assistência aos pacientes, apresentadas na reunião do COMUS em 03 de setembro de 2008;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLVE:**

ART.1º – Que a assistência nas especialidades deve ser garantida aos pacientes que tem necessidade dela, cumprindo-se o direito estabelecido na legislação, da mesma forma cumprindo-se com as atribuições da Gestão Plena do Sistema único de Saúde no município.

ART.2º-Aprovar a tabela diferenciada para pagamento de serviços especializados, apresentada na reunião, garantindo a compra de serviços inexistentes na rede, até que haja necessidade de revisão;

ART. 3º-Autorizar o pagamento para a emissão dos Laudos Médicos, solicitados pelo Ministério Público, somente até o dia 31 de dezembro de 2008, voltando a pauta do COMUS em janeiro de 2009.

ART.3º-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 03 de setembro de 2008.

Celso Luiz Golin  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde